

A HISTÓRIA MEDIEVAL NO BRASIL¹

MEDIEVAL HISTORY IN BRAZIL

Néri de Barros Almeida²
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Este artigo apresenta os estudos medievais no Brasil do ponto de vista de sua história institucional. Não se trata de realizar balanços valorativos, mas de discutir o grande crescimento da área no país nos últimos quarenta anos, com o propósito de entender suas razões e possibilidades futuras.

Palavras-chave: Idade Média; universidade; pesquisa.

Abstract: This paper considers medieval studies in Brazil from the point of view of their institutional history. It doesn't purport to make a critical appraisal but to present to the great development of the field in Brazil during the last forty years, in order to understand its causes and future prospects.

Keywords: Middle Ages; university; research.

Recebido em: 26/02/2013
Aprovado em: 13/05/2013

¹ Este estudo foi publicado em versão um pouco diferente em ALMEIDA, Néri de Barros . "L'histoire médiévale au Brésil: du parcours solitaire à l'inclusion dans le champs des sciences humaines". In: Néri de Barros Almeida; Marcelo Cândido da Silva e Didier Méhu. (Org.). *Pourquoi étudier le Moyen Age? Les médiévistes face aux usages sociaux du passé*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2012, v. , p. 125-144.

² E-mail: neridebarros@gmail.com

* * *

O percurso da história medieval no Brasil é marcado por ações dirigidas ao ensino e à pesquisa de grupos políticos locais e de instituições federais. O que chama atenção neste quadro de incentivo à pesquisa - do qual a organização e crescimento dos estudos medievais são apenas um dos resultados - é seu caráter rápido e recente. Algo diferente aconteceu na Europa onde o desenvolvimento dos estudos da história medieval acompanhou o processo de criação das identidades nacionais. Entre fins do século XVIII e meados do século XIX na Europa, a Idade Média se tornou uma espécie de história nacional "primitiva". Do mesmo modo veio a tornar-se ao longo do século XX a uma história primeva da Europa. No Brasil as investigações em história medieval começaram a florescer sem que fosse estabelecido um nível qualquer de identidade cultural ou acadêmica com o período. A Idade Média permaneceu assim, um entrave cronológico necessário, pouco integrado a nossa compreensão geral da história. Quando buscadas, as relações entre a formação de nosso país e a Idade Média na maior parte das vezes, são limitadas a um século XV português observado do ponto de vista da configuração futura de Portugal. A concentração das atenções sobre o império português e o pressuposto da modernidade política de Portugal - considerado pela historiografia de língua portuguesa o primeiro Estado nacional da Europa - colocaram em segundo plano as relações sociais e políticas complexas cujo sentido se projetava para fora do âmbito ibérico. A idéia de uma realza centralizadora desde o século XIII, deslocou para o campo político português as tensões que deixaram de ser partilhadas por outras regiões da Europa, como os instrumentos uniformizadores produzidos pela Igreja representados por uma infinidade de elementos dentre os quais podemos destacar a liturgia, a arquitetura e a teologia política.

Assim, a despeito de seu desenvolvimento, faltam aos estudos de história medieval no Brasil uma acolhida consistente no ambiente acadêmico que permita sua inserção nas discussões historiográficas de interesse local. Enquanto a crise da comunidade europeia coincide, de forma significativa, com a inquirição sobre a pertinência do estudo da Idade Média hoje na Europa - e, portanto, da legitimidade da destinação de recursos públicos em sua direção - no Brasil, os medievalistas precisam estabelecer um primeiro terreno de legitimidade enquanto os recursos materiais para estes estudos já existem.

I. O desenvolvimento da disciplina e políticas nacionais

O esforço sistemático para formar pesquisadores capazes de produzir conhecimento em história medieval no Brasil é recentíssimo, datando da década de 1980. Sua história acompanha de perto aquela da modernização e expansão do sistema universitário brasileiro, ambiente que concentra as pesquisas científicas do país, notadamente em ciências humanas. Um balanço amplo da trajetória dos estudos de história medieval no Brasil depende da consideração de dois domínios complementares. Em primeiro lugar, o perfil científico dos projetos constitutivo das primeiras universidades brasileiras, responsável pela implantação das bases do sistema de ensino superior e de pesquisa no país. Em segundo lugar, o apoio material e as diretrizes governamentais para a pesquisa. Estes dois domínios nos permitem compreender melhor a dinâmica histórica de implantação dos estudos de história medieval no Brasil, as razões da demora do aparecimento de um movimento contínuo e quantitativamente significativo de trabalhos acadêmicos na área, suas heranças temáticas, metodológicas e teóricas.

A pesquisa histórica, propriamente dita, surge no Brasil durante o Império (1822-1889). Então, e no período subsequente conhecido como República Velha (1889-1930), as pesquisas resultaram da iniciativa de eruditos reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Desde seu aparecimento, em 1838, o Instituto contou com o apoio material e institucional do Império. O imperador D. Pedro II foi por muito tempo seu patrono, tendo presidido mais de 500 de suas sessões. O IHGB tinha como objetivo a preservação da memória nacional por meio da organização e conservação de acervos documentais e a promoção da escrita da história do Brasil por meio de concursos, dos quais surgiram alguns textos fundadores como os de Carl Von Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, de 1840, e o de Francisco Adolfo Varnhagen, *História geral do Brasil*, de 1854. Este último, atendendo aos critérios estabelecidos pelo próprio Instituto, realizado com o recurso a considerável massa documental.

O Art. 1º dos estatutos do IHGB firmados no ano da fundação definiam os seguintes objetivos:

1º Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitirem.

2º Corresponder-se com as associações congêneres do Velho e Novo Mundo.

3º Ramificar-se nas províncias do Império, para mais fácil desempenho dos fins a que se propõe.

4º Publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

5º Promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que seu cofre proporcionar esta despesa.³

De forma análoga a instituições europeias da época, o Instituto pretendia, por meio da reunião de uma elite de letrados e cidadãos distintos, e do apoio do poder público, promover bases históricas para a identidade nacional. Neste sentido, as ações fundamentais visavam à organização de uma elite letrada em torno de critérios críticos comuns, do estabelecimento de acervos documentais, da escrita de textos históricos e do ensino. No que diz respeito a este último quesito, os estatutos registram, como vimos, a consciência de dificuldades materiais que se atenuaram apenas a partir do século seguinte.

No século XX as universidades se tornaram os principais centros de formação de pesquisadores e de produção científica do Brasil. Estas surgiram em meio aos esforços de modernização do país que se seguiu à prosperidade advinda do comércio externo. A riqueza oriunda da atividade agrícola foi investida na industrialização transformando radicalmente o perfil de algumas cidades, particularmente, São Paulo. O nascimento das universidades fora do contexto da tutela imperial e num momento de euforia modernizadora permitiu que a história aí produzida fosse concebida dentro de registros que extravasavam a perspectiva nacional.

Se os primeiros centros de concentração, orientação e organização das pesquisas nasceram ligados a institutos e universidades, o incremento à pesquisas em larga escala decorreu da organização dos programas de pós-graduação e de recursos complementares ao orçamento universitário, concedidos por instituições governamentais de fomento criadas a partir de 1951, ainda sob os efeitos do ímpeto cientificista gerado pela Segunda Grande Guerra.

Em janeiro de 1951, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)⁴ com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica. Em julho do mesmo ano, aparecia a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pes-

³ www.ihgb.org.br

⁴ O primeiro projeto do qual resultaria o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) aparece em 1936 por iniciativa da Academia Brasileira de Ciências (ABC), fundada em 1916, no contexto em que também foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo (USP), em 1934.

soal de Nível Superior (CAPES), cuja função específica era a avaliação, divulgação, investimento na formação de recursos humanos e promoção da cooperação internacional. Em outubro de 1960, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) foi estruturada, vindo a entrar em atividade em 1962⁵. Os primeiros passos dessas instituições são marcados pelo populismo dos anos 1950 e, depois de 1964, pela ditadura militar. cujo contingenciamento permanente de recursos as mantém em profunda instabilidade financeira. Ao final da ditadura, em 1985, a hiperinflação continua a comprometer o estabelecimento de políticas de fomento de longo prazo. Embora não atendendo às demandas nem acompanhando ao aumento da população, o número de auxílios concedidos cresceu. A instabilidade política e financeira após 1989 freia o aumento progressivo dos auxílios. Apenas a partir de 1995 o controle da inflação e a estabilidade institucional permitiram a ampliação consistente do número de auxílios e de bolsas e uma política regular de incentivo à pesquisa. Apesar dos revéses econômicos e políticos ao longo das décadas de 1950-1990, é possível afirmar que o resultado final foi positivo: as agências contribuíram para o estabelecimento de uma nova dinâmica para a produção do conhecimento científico, que se tornou sistemática e contínua, consolidando seu caráter público.

Se o aumento e regularidade dos recursos públicos destinados à pesquisa é recente, as bases jurídicas para a valorização das universidades como locais de pesquisa foram estabelecidas a mais tempo. Nos anos 1950, CAPES e CNPq deram os primeiros passos na institucionalização da pós-graduação no país. Em 1965, os cursos de pós-graduação são definidos e equiparados em seu caráter organizativo aos cursos de graduação. A Lei de Reforma Universitária (Lei 5540) de 1968, ao incorporar idéias e experiências da Universidade de Brasília (UnB), fundada em 1961, estrutura as universidades em institutos e departamentos e estabelece como sua vocação fundamental as atividades conjuntas de ensino e pesquisa. A estruturação federal da pós-graduação no país garantiu a regulamentação da concessão

⁵ Embora a FAPESP seja agência do Estado de São Paulo, seu âmbito de atuação vai além do nível local. Uma vez que os programas de pós-graduação se desenvolvem em larga escala primeiramente ligados à Universidade de São Paulo, os recursos dessa agência acabaram beneficiando boa parte dos pesquisadores ligados a instituições de outros estados. O fato de contar com uma porcentagem dos recursos do estado mais rico da união também garante a ela uma importância que justifica que a coloquemos ao lado das instituições federais de fomento embora estas estejam ligadas a âmbitos político-administrativos decisórios de maior importância. A FAPESP é apenas uma dentre uma série de fundações estaduais de apoio à pesquisa, no entanto, é a mais importante devido ao montante de seus recursos e às políticas arrojadas de auxílio que pode adotar.

de títulos acadêmicos, a expansão e a especialização do sistema universitário público. Num primeiro momento, este sistema absorveu grande parte dos doutores então formados. Estes dariam origem nos anos 1990 a núcleos regionais de doutoramento espalhados por todo o país.

A estabilidade da segunda metade dos anos 1990 e a organização pelo CNPq nos anos 2000 de uma base nacional de pesquisadores organizados em grupos de pesquisa estimulam o surgimento de novas modalidades de auxílio⁶, como os Projetos Temáticos, cujo objetivo é promover iniciativas de pesquisa coletiva multi-institucionais⁷. Proposta que pressiona as bases individualistas dos projetos universitários, pois favorece a estruturação de associações de pesquisa de porte diverso como os grupos, laboratórios e centros de pesquisa. Pode-se dizer que nos últimos quinze anos os governos têm mantido políticas bem coordenadas e coerentes de investimento em pesquisa. As novas iniciativas que modificam pouco a pouco o perfil da pesquisa universitária têm sido aperfeiçoadas por modalidades institucionais de auxílio que permitem programas de infra-estrutura, a instalação e modernização de laboratórios, a importação de equipamentos e a visita de professores estrangeiros para períodos de curta e longa permanência. Bolsas especiais favorecem o aproveitamento de recém-doutores que exercem atividade docente junto às universidades por até três anos e bolsas de pós-doutorado que permitem ao jovem doutor desenvolver novo projeto de pesquisa. Por fim, o aumento do número de vagas nas universidades públicas nos últimos vinte anos e as aposentadorias em massa motivadas por mudanças na lei de previdência social, favoreceram a rápida instalação nelas de uma nova geração de alunos e professores formada dentro dos valores da pesquisa coletiva e dos critérios de avaliação e de produtividade internacionais implantados pela CAPES.

A expansão geral levou, nos últimos anos, a Associação Nacional de História (ANPUH) - agremiação dos professores universitários de história que desde

⁶ Refiro-me aqui aos Diretórios de Grupo de Pesquisa, base em que os pesquisadores se organizam segundo afinidades científicas em torno de temas comuns e ao sistema nacional de currículos científicos, a Plataforma Lattes, que registra e equaliza toda a produção científica individual do país. Esse sistema permite avaliações que são utilizadas para a inserção do país em pesquisas internacionais e para a produção de políticas internas de pesquisa.

⁷ Trata-se de financiamento por até 60 meses (com prorrogação máxima de 12 meses) para projetos reunindo equipes compostas por pesquisadores de diversos níveis (doutores e pós-graduandos) e técnicos para a realização de pesquisa comum. Além das bolsas de estudo para todos os envolvidos o Projeto Temático custeia todos os itens pertinentes à realização de pesquisa como a compra de material e de equipamentos, a reforma e a aquisição de instalações, viagens de trabalho, realização de eventos e publicação dos resultados.

1961 é responsável pela discussão institucional de políticas públicas para o ensino e a pesquisa em história - a reformular o modelo de reunião de seus membros nos Simpósios Nacionais e Encontros Regionais bienais. Estes passaram a ser organizados em torno de grupos de pesquisa com projetos bem delineados e proposta de resultados à médio prazo. Hoje, a ANPUH conta com três grupos de trabalho nacionais que desenvolvem pesquisa em história medieval.⁸ As reuniões nacionais da ANPUH têm permitido a divulgação e discussão nacional dos projetos desenvolvidos nas universidades e a visibilidade institucional da área no ambiente em que acontecem as reuniões que discutem propostas para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em história que serão levadas ao governo federal.

A partir dos anos 1990, ao lado dos cursos de pós-graduação, os laboratórios, grupos e centros de pesquisa passaram a desempenhar papel de primeira importância na formação dos especialistas em história medieval e na organização dos projetos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da área. Esses laboratórios atuam na organização de eventos e publicações específicas, na elaboração de acordos e convênios internacionais, na preparação de cursos com professores convidados, na promoção de doutorados plenos no exterior, na promoção de eventos e pesquisas temáticas e na obtenção de recursos para infra-estrutura (livros e equipamentos).⁹

⁸ Um coordenado por Vânia Leite Fróes (UFF), outro por Andréa Cristina Lopes Frazão da Silva (UERJ) e Rejane Barreto Jardim (Universidade de Caxias do Sul) e um coordenado por mim (UNICAMP) e Marcelo Cândido da Silva (USP). A ANPUH também promoveu a formação de núcleos de pesquisa regionais como o *Grupo de Trabalho de Estudos Medievais* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se reúne mensalmente para discutir projetos de pesquisa, temas de investigação e realiza periodicamente eventos acadêmicos.

⁹ Dentre os grupos que hoje atuam no aperfeiçoamento da pesquisa em história medieval, destacamos os mais antigos: o *Programa de Estudos Medievais* (PEM) da Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Goiás (UFGO), existente desde 1994, coordenado por Maria Eurydice de Barros Ribeiro; o *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos* da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado por Vânia Leite Fróes; o Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NE-MEd), da Universidade Federal do Paraná, coordenado por Renan Frighetto e Fátima Regina Fernandes; o *Programa de Estudos Medievais* (PEM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenado por Andréa Cristina Frazão da Silva e Leila Rodrigues da Silva; o *Translatio studii* coordenado por Mário Jorge da Motta Bastos (UFF) e o *Laboratório de Estudos Medievais* (LEME) que reúne as três universidades públicas do Estado de São Paulo (USP, UNICAMP, UNIFESP) e as Universidades Federais de Goiás (UFG) e de Minas Gerais (UFMG) coordenado por Marcelo Cândido da Silva (USP). A maior parte destes grupos nasceu nos anos 1990, decorrentes da multiplicação dos centros de pós-graduação no país. Desde então a Universidade de São Paulo deixa de concentrar a formação dos doutores em história medieval. A formação dos profissionais fora de São Paulo passa nos anos 1990 a incluir os programas de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os estudos medievais no Brasil, portanto, não se desenvolveram em resposta a demandas da área de história, mas do aumento do incentivo à pesquisa e da organização dos ambientes de estudo em geral promovidos pelo Estado. Este contexto não permitiu que o crescimento dos estudos medievais – realmente notável – se desse de par com sua inclusão no convívio científico das demais disciplinas da história e áreas das ciências humanas. Nesse sentido, acreditamos que a novidade decisiva criada por este estímulo institucional indireto foi o surgimento dos grupos de estudo e sua inclusão em redes federais de informação. Estes favorecem e organizam pólos de especialização e profissionalização. Os grupos de pesquisa também potencializaram a passagem de um longo período caracterizado pelas ações individuais e pessoais para outras coletivas que têm demonstrado maior interesse e força para promover institucionalmente o desenvolvimento da área.

II. O legado da Universidade

As características da pesquisa em história medieval no Brasil, não decorrem apenas da falta de políticas específicas para a área e de dificuldades práticas facilmente imagináveis, como o acesso a arquivos e bibliotecas, mas de fatores acadêmicos dos quais passaremos a tratar. Aqui é preciso considerar o contexto de surgimento das primeiras universidades brasileiras e seus projetos fundadores, em particular a primeira delas que, até o início dos anos 1990, concentrava a maior parte dos estudos doutorais e das pesquisas em história medieval: a Universidade de São Paulo (USP).

A USP foi um dos resultados da transformação da elite paulistana no início do século XX, motivada pela riqueza gerada pela produção cafeeira e pela industrialização. No entanto, o evento decisivo para sua criação foi a derrota paulista para o governo federal na chamada Revolução Constitucionalista de 1932¹⁰. Nesse cenário, a criação da USP (bem como a da Escola Paulista de Medicina e da Escola de Sociologia Política em 1933) foi uma resposta política à derrota, por meio da cultura. O estado de São Paulo, embora alijado do poder central, demonstrava por

¹⁰ Trata-se do movimento armado de resistência ao golpe militar liderado por Getúlio Vargas que depôs Washington Luis da presidência e impediu a posse do paulista Júlio Prestes. O governo Vargas eliminou a autonomia dos estados, o que culminou com o movimento promovido pelo estado de São Paulo em nome da promulgação de uma nova constituição para a República.

meio dessas instituições sua força e autonomia.¹¹ A universidade exibia a vontade de hegemonia política da aristocracia paulista no cenário nacional. Constituída a partir de um núcleo preexistente de faculdades - direito, medicina e escola politécnica -, a universidade foi, no entanto, estruturada em torno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Concedia-se dessa forma, às áreas básicas do saber (filosofia, letras, física, matemática e história), a função de eixo organizador da produção e difusão do conhecimento em uma valorização clara da relação entre erudição, reflexão e pesquisa, acima da técnica.

A universidade, fundada em 1934, optou por caminhos diversos daqueles apontados pela "história nacional" do IHGB, recusou o nacionalismo da ditadura do então presidente Getúlio Vargas (1930-1945) e com ela a hegemonia dos estudos regionais, orientando-se pelo conceito de "civilização", que propunha a articulação entre o particular e o geral. Professores estrangeiros (italianos, alemães e franceses) foram convidados para auxiliar nos primeiros passos de implantação do projeto universitário. A presença francesa foi particularmente marcante junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Passaram pela USP Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Émile Coornaert, Émile Léonard, Jean Gagé e Pierre Mongbeig. Jean Gagé, especialista em história de Roma, orientou as primeiras pesquisas em história medieval do país. Em 1942, Eurípedes Simões de Paula, assistente da cátedra "História da Civilização Antiga e Medieval", desenvolveu sob a orientação de Gagé, o primeiro doutorado em história realizado no país, um estudo de história medieval: *O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev*.

É importante notar que Eurípedes Simões de Paula era e continuou sendo uma figura de destaque da Universidade¹². Mas sua notoriedade não se transferiu aos estudos medievais. As primeiras décadas do curso de história foram marcadas por uma espécie de especialização relativa, com áreas de pesquisa bastante amplas. Dessa forma, Eurípedes Simões de Paula, responsável pela cátedra de história da civilização antiga e medieval, orientou trabalhos de história antiga (economia, questão agrária e judaísmo), de história medieval (as relações entre Bizâncio e o papado, a legislação econômica e social na época da Peste Negra, as relações en-

¹¹ Agradeço à Ana Lúcia Lana Nemi da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) pelas informações.

¹² Foi fundador da *Revista de História* (1950), ainda hoje uma das mais prestigiadas do país, e da Associação Nacional de História (ANPUH), nascida como Associação Nacional dos Professores Universitários de História, das quais foi por muito tempo presidente. Foi, por seis gestões, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e, por duas vezes, Vice-Reitor.

tre judeus e russos, a cultura judaica, a formação da Inglaterra, a história ibérica), mas também sobre teologia, budismo, teorias científicas do século XVI, língua e literatura na Rússia, na Armênia, na China e no mundo muçulmano.

Esse quadro evidencia a importância do conceito de "civilização" na concepção do curso¹³, bem como a enorme liberdade dos orientadores, cuja produção podia corresponder a seus interesses particulares de erudição e conhecimento. As cátedras não se encontravam fortemente comprometidas com o desenvolvimento de subáreas específicas do saber histórico. A produção sistemática de pesquisas em âmbitos cronológicos restritos, só veio a acontecer a partir dos anos 1980. As relações pessoais determinavam muitas vezes as linhas de investigação e mesmo o acesso ao material de estudo, uma vez que a atualização das bibliotecas universitárias acontecia muito lentamente. Dessa forma, os alunos dependiam muito das bibliotecas particulares de seus orientadores. O doutorado em História Medieval defendido por Eurípedes Simões de Paula, portanto, não prenuncia o futuro da área, uma vez que sua atuação profissional é sobredeterminada pela adesão ao desejo comum de reflexão sobre o fato civilizacional.

A multiplicidade de interesses das cátedras não deixou de trazer benefícios à área. Assim, se o compromisso com a memória e a obra de alguns mestres fundadores marca os estudos medievais em alguns países da América Latina isso não acontece no Brasil onde a área se formou sem hierarquias decisivas e compromissos teóricos rígidos. Entre nós não se deu nada que lembrasse o impacto que tiveram sobre os estudos medievais na Argentina a personalidade e as pesquisas de José Luis Romero e Cláudio Sánchez Albornoz - este último ali atuante por ocasião do exílio de sua Espanha natal. A universidade no Brasil surge na contramão do centralismo político e dessa forma pratica uma espécie de federalismo acadêmico que teve resultados importantes. O gosto local se manifesta pela pluralidade de influências. Embora no que diz respeito ao estudo das sociedades pré-modernas, não exista nenhuma reivindicação de autonomia do Brasil em relação aos estudos europeus, a adoção de seus pressupostos não respeita limites nacionais e caracteriza-se por uma saudável heterogeneidade. Assim, a idéia de "civilização", a crítica política ao centralismo, um projeto de pesquisa amplo que permitia grande liber-

¹³ Este fundamenta o sistema de cátedras estabelecido em 1955/56. As cátedras que vigoraram até a reforma de 1968 eram as seguintes: História da Civilização Antiga e Medieval, História da Civilização Moderna e Contemporânea, História da Civilização Americana e História da Civilização Brasileira. CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. "Escola uspiana de história". *Estudos avançados*. 8, 22, 1994, p.349-358.

dade pessoal aos diretores de tese impediu o sugimento e a imposição de uma figura capaz de estabelecimento de um projeto historiográfico hegemônico. A história da Idade Média que começa a ser esboçada no Brasil também não depende dos destinos da historiografia ibérica. Embora se atenha prioritariamente aos documentos ibéricos, quase sempre o faz a partir de fundamentos teórico-metodológicos que escapam à Península. A despeito das relações históricas com a historiografia francesa, nosso interesse pelo debate historiográfico, por correntes teóricas e metodológicas diversas e a crítica a seus limites nacionais é evidente.

A implantação das universidades no Brasil aconteceu com significativo atraso em relação a outros países da América de língua espanhola¹⁴. Nossas universidades surgiram em um contexto completamente diferente, marcadas pelo movimento Modernista que tentava dar sentido à modernização do país¹⁵. Para este movimento, a compreensão e incorporação da experiência nacional era condição para a assimilação da modernidade vinda do exterior. Nesse ambiente a universidade apenas poderia ser pensada como uma entidade autônoma frente tanto à ideologia nacionalista quanto à influência clerical. Dois elementos positivos para os estudos medievais derivam deste fato. Em primeiro lugar, diferentemente da própria historiografia européia, "nossa" Idade Média prescinde do problema nacional. Isso se dá devido às distâncias que impedem nosso comprometimento com os quadros nacionais europeus, mas também porque o conhecimento histórico de maior influência aqui produzido nasce resistente ao enfoque nacionalista do nacional. Em segundo lugar, esta Idade Média aqui estudada está claramente distante dos propósitos que a vinculam hoje ao projeto de edificação da Europa. À medida que a história medieval venha a se consolidar entre nós, talvez possamos contribuir para que sua representação na memória histórica avance para além das idéias de nação e de Europa que constituem sua razão de ser nos séculos XIX e XX.

¹⁴ Enquanto a universidade surge no Brasil em 1934, na América de língua espanhola ela acompanha o processo de conquista européia. A Universidade San Marcos (Peru) surge em 1551 e a Universidade do México em 1553. A precocidade também acontece nos Estados Unidos, mas num processo político inverso ao da América Espanhola. É sob o desinteresse da coroa inglesa pelas colônias na América que aparece já em 1636 a Universidade de Harvard.

¹⁵ Toma-se como início do movimento artístico Modernista no Brasil a Semana de Arte Moderna que aconteceu de 11 a 18 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo. A USP pode ser compreendida como uma das resultantes desse contexto ideológico na medida em que se propunha formar uma elite capaz de dar sentido à modernização do país.

III. O entusiasmo pela “Nouvelle Histoire”

Marcadas pela descontinuidade, as primeiras cinco décadas dos estudos medievais no Brasil não permitiram que entre nós se impusesse uma temática, um quadro documental ou teórico-metodológico dominante. No entanto, nos anos 1980 a situação mudou radicalmente. Os incentivos à pesquisa científica e à organização acadêmica coincidiram com o apogeu da influência internacional da “Nouvelle Histoire”. Seu impacto sobre a história medieval foi gigantesco por toda a parte, mas pode-se dizer que aqui esta corrente historiográfica se tornou a matriz dos novos estudos desenvolvidos a respeito do período. O volume crescente das pesquisas convergiu para um mesmo ambiente teórico-metodológico. A escolha era justificada. A “Nouvelle Histoire” acenava para formas de análise que pareciam permitir enfim que se acreditasse possível produzir história medieval *no* Brasil. Isso decorria fundamentalmente de dois fatores. A valorização de documentos literários, ou narrativos – que até o século XIX foram considerados de qualidade informativa duvidosa por boa parte dos historiadores –, foram postos sob uma nova luz pela metodologia divulgada com otimismo pela “Nouvelle Histoire”. A condição de documentação histórica da literatura era valorizada como nunca por textos que discutiam o acesso teórico a um material abundante em nossas bibliotecas. A literatura e os textos narrativos foram vistos como substitutos dos arquivos distantes e da parafernália de erudição que os secunda: paleografia, diplomática, codicologia. O segundo fator foi dado pelo conceito de mentalidade, central à “Nouvelle Histoire”. Este, ao preconizar a existência de níveis comuns da experiência social expressos na cultura, legitimava teoricamente as abordagens históricas baseadas em um único documento ou em *corpus* documentais homogêneos. Face à convicção de que a totalidade da cultura de uma época se achava entranhada em cada uma de suas expressões, o documento singular passou a ter um estatuto próximo àquele de que desfrutava nos estudos literários. A “Nouvelle Histoire” defendia abertamente o recurso à imaginação na leitura dos textos e na escrita da história, aproximando-se também por este caminho dos estudos literários. Esse quadro acabou por criar uma interlocução inédita para os historiadores medievalistas. Com a aproximação dos estudos literários, seu número dobrou. A “Nouvelle Histoire” fez crer pela primeira vez que era cabível o aumento substantivo das pesquisas em história medieval no Brasil porque parecia tornar possível fazer história medieval fora da Europa. No entanto, essa concentração das atividades em um mesmo ambiente historiográfico se tornou problemática quando, em fins dos anos 1990, co-

meça a crise da “Nouvelle Histoire”. Foi mais difícil para a nossa história medieval reformular seus destinos do que para disciplinas que tinham seu histórico ligado a outras correntes teóricas. A amplitude das críticas, num domínio do qual dependíamos de forma tão completa, impediu que estivéssemos no centro deste importante debate¹⁶. Dessa forma, nos beneficiamos também mais lentamente das críticas e mudanças teóricas que marcaram a historiografia dos últimos vinte anos.

A “Nouvelle Histoire” apontava para temáticas, métodos e documentos que pareciam dirimir as antigas dificuldades que faziam da Idade Média um campo reservado aos europeus. Neste sentido, documentos literários surgiam como particularmente atraentes. O entusiasmo levava pouco em conta o encerramento que se processava das temáticas e explicações a um mesmo domínio teórico o que limitava a inserção dos trabalhos em ambientes de discussão mais amplos. Ficavam em segundo plano necessidades relativas à formação e ao método, como as reais dificuldades para se abordar a documentação literária, as questões a serem apresentadas a estes documentos e sua relevância. Por fim, e mais importante ainda, a pressão de esquemas teóricos da literatura sobre as análises históricas, não raro, as conduzia ao atemporal ou à consideração de situações particulares como “sintomas” da totalidade. Esse quadro afetou o coração de nossa formação. O estudo de problemáticas estabelecidas segundo critérios de pertinência deixou seu lugar à aplicação, com fins comprobatórios, de modelos explicativos emprestados a expoentes da medievalística internacional.¹⁷ Menor empenho tínhamos em desenvolver nossas próprias questões e em discutir nossa identidade investigativa face à própria dinâmica historiográfica nacional.

A crítica à “Nouvelle Histoire” atigiu os estudos medievais brasileiros nos últimos dez anos. Seu resultado foi que, sem abrirem mão de procedimentos analí-

¹⁶ Ao evocar estas críticas não temos nenhuma pretensão de por em dúvida a importância da “Nouvelle Histoire”. Pelo contrário, é preciso afirmar que a emancipação e amplitude que esta legou aos estudos históricos é responsável pela dinâmica de renovação que ainda hoje se verifica no campo historiográfico e por seus empreendimentos mais criativos e relevantes. No Brasil, a dívida que temos para com ela é imensa. Sem a “Nouvelle Histoire” talvez nunca tivéssemos chegado ao nível de visibilidade de que dispomos hoje e que é confirmado pelo aumento das pesquisas e pelo fomento que as mesmas têm recebido.

¹⁷ Devido aos interesses do mercado editorial por obras de sucesso comprovado fora do Brasil, os autores mais lidos pelo grande público são também aqueles que maior presença tiveram na formação dos pesquisadores e na inspiração dos temas e métodos de pesquisa em história medieval no país: Jacques Le Goff e Georges Duby. Quando as edições se orientam no sentido de outros autores continuou-se a editar autores associados ao mesmo ambiente historiográfico como Aaron Gurevitch, Jean-Claude Schmitt e Jérôme Baschet.

ticos criativos, as pesquisas atuais estabelecem uma relação diferente entre teoria e documentação. O documento se tornou dominante, algo que pode ser percebido pela simples observação dos capítulos das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas. Se, antes, tínhamos um clássico capítulo teórico abrindo a todos os trabalhos, hoje encontramos no mesmo lugar uma discussão cada vez mais alentada sobre o documento, sua tradição manuscrita, edições sucessivas, problemas de abordagem do conteúdo escrito. Como no resto do mundo, o Brasil acompanha um movimento de retorno aos documentos preocupado com certa “objetividade”, ou seja, movido pela convicção de que os documentos podem ser lidos apenas do ponto de vista daquilo que informam. Esse pressuposto que parece até certa medida reacionário se mostrou frutífero, pois permitiu que a historiografia, durante todo o século XX movida pelo princípio geral de análise das relações sociais do ponto de vista do conflito, passou a dar maior importância à história das elites - mais profusamente registrada nos documentos medievais - , que foram se revelando doravante menos homogêneas e menos belicosa e, assim, a perceber registros de práticas sociais de resolução de conflitos. Hoje, a história das elites medievais é feita sem o medo de confundir-se a uma história elitista, mas como caminho possível para o estudo do processo de constituição social durante a Idade Média. Cada vez mais este percurso tem mostrado a Idade Média como campo propício à discussão sociológica, antropológica e jurídica. Hoje, este terreno se constitui em uma das vias mais promissoras para a inclusão da história medieval no debate sobre as sociedades, pertinente ao conjunto das ciências humanas.

A proposta modesta deste texto deságua no problema muito maior da legitimidade de nossa disciplina, para além de seu valor intrínseco. Ao menos no Brasil, entendo que esta legitimidade precisa ser conquistada por meio da participação em discussões temáticas com outras disciplinas da história e com outras ciências humanas. Esses debates são raros e dependem da própria área promovê-los em torno de seus problemas, métodos e conceitos. Para tanto, temos de enfrentar questões que entravam este trânsito. Algumas delas são bastante amplas e dizem respeito à forma como está construída a memória histórica sobre o período e que constitui uma influência marcante no senso comum e nos meios universitários não medievalísticos. Assim, a idéia de uma Idade Média caracterizada pela violência endêmica - na melhor das hipóteses um modelo negativo das sociedades providas de Estado, segundo sua concepção moderna - acaba por manter o estudo deste período excluído do debate de fundo sociológico e político.

IV. Conclusão

Ao mesmo tempo em que chega aos meios de comunicação de massa, a voz do historiador corre o risco permanente da distorção pelo lugar que esperam vê-la colocada, o das exigências de um suposto gosto coletivo, identificado ao mercado ou a uma idéia superficial de democracia científica. Esse espaço amplo e atraente que se abre nos meios de comunicação aponta para a autoridade que é reservada à história, mas também expressa o desejo desses meios de nivelá-la ao senso comum numa ameaça permanente a seu lugar crítico. Nesse contexto, a Idade Média fantasiosa e comercial se tornou também uma vertente da Idade Média universitária, o que contribuiu para a manutenção de seu isolamento no corpo da história científica.

Os cursos de história oferecidos pelas universidades públicas do Brasil têm uma vertente teórica forte que valoriza o exercício crítico, a discussão conceitual e a reflexão historiográfica. Isso constitui um elemento importante de nossa vocação investigativa. Esse fato recomenda que o crescimento da área – na falta de uma interlocução medievalística secular – deve se dar pela aproximação com as demais disciplinas da história e outras ciências humanas. O primeiro passo ainda não foi dado pela história medieval e este consiste em se reconhecer no campo da história produzida no Brasil e encontrar seu lugar nesta tradição. Uma vez que não temos uma experiência direta, nem no tempo nem no espaço, com a Idade Média, como acontece com os europeus, nossos esforços precisam se concentrar no terreno da crítica do método e da historiografia a partir do avanço no domínio de massas documentais. Como fizeram os Estados Unidos, que hoje têm nomes que levaram inovações importantes aos estudos europeus, como Patrick Geary e Bárbara Rosenwein, o Brasil deve entrar no debate metodológico e conceitual.

As dificuldades impostas pela distância dos arquivos com relação à Europa, as defasagens de formação e de atualização talvez nunca sejam sanadas. A precisão perseguida pelas pesquisas acadêmicas realizadas em âmbitos cronológicos limitados talvez não seja nossa vocação. No entanto, as grandes sínteses são necessárias e possíveis a níveis de erudição e preparo alcançáveis. A liberdade ideológica e metodológica, o pluralismo latente face a qualquer hegemonia historiográfica e à uma vocação para os estudos ibéricos, reservam-nos possibilidades. No que diz respeito a estes últimos, se abre um capítulo especial de nossa legitimidade. As relações históricas entre Brasil e Portugal fazem dos estudos medievais portugueses um ambiente evidente de nosso interesse que precisa continuar a ser explorado da

maneira proveitosa para ambos os lados de modo que não seja uma história que ignore a importância dos estudos portugueses, mas que também não procure lhe ser idêntica, que seja parceira de um diálogo complementar, descobrindo juntas os caminhos desse passado vivido sem matizes nacionais. É essa mesma ausência que recomenda que estejamos muito perto de toda a história medieval da Península Ibérica e, dos colegas de língua espanhola, a fim de entendermos nosso passado medieval a partir de seus sentidos próprios, imanentes de realidades regionais que aguardam para ser conhecidas.

A história medieval começou o século XXI caracterizada pelo retorno moderado: como uma história político-social que aprendeu os caminhos apontados pela cultura, pelo volta ao documento, pela experimentação comedida e pela valorização extrema da historiografia. De sua posição externa aos compromissos “europeus”, mas não à história europeia, o Brasil e outros países não-europeus podem vir a desenvolver um lugar próprio nesse domínio.